

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S.PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051-8P — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 285-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável
RUY MESQUITA
Diretores
 Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveira S. Ferreira

Diretor de Unidade
 Ruy Mesquita Filho
Diretor de Redação
 Fernão L. Mesquita
Editor Chefe
 Celso Kinjô

Diretor Superintendente
 Francisco Mesquita Neto
Diretor Comercial
 Roberto Crissiuma Mesquita
Diretor Agência Estado
 Rodrigo L. Mesquita

Ociosidade prolongada

Os presidentes da Câmara e do Senado e os líderes dos partidos representados no Congresso Nacional vão estabelecer, esta semana, uma pauta de prioridades para serem votadas num esquema de **esforço concentrado** nos próximos 22 dias úteis que faltam para o encerramento do ano legislativo no dia 15 de dezembro. Mais uma vez, como em todos os anos, deputados e senadores vão tentar fazer em pouco mais de quatro semanas o que deveriam ter feito o ano inteiro e não fizeram por carência de um mínimo de senso de responsabilidade.

Estão na fila da votação 32 vetos presidenciais (que têm preferência sobre qualquer outra proposta), as cinco emendas constitucionais resultantes do esquartejamento do "emendão", o projeto de reforma e modernização dos portos, Orçamento da União de 1992, os projetos de reforma tributária, a nova lei de propriedade industrial, a lei de diretrizes e bases da educação nacional, e mais algumas centenas de projetos de iniciativas dos próprios parlamentares.

É claro que, com uma pauta desse tamanho, as votações daqui até 15 de dezembro serão realizadas de afogadilho, no sistema do "rolo compressor". A experiência de outros períodos de **esforço concentrado** (por analogia, devemos chamar o resto do ano parlamentar de período de **ociosidade prolongada**) mostrou que o ritmo de votações é tão alucinante que a maioria dos congressistas nem sabe o que está votando. Mas, mesmo com todo o esforço, com toda a improvisação, o tempo não será suficiente para apreciar tudo o que é urgente e essencial.

É o caso das cinco emendas constitucionais em que ficou dividido o "emendão".

Os presidentes da Câmara e do Senado acham que, votadas de afogadilho, nenhuma delas obteria a maioria de 3/5 necessária para a aprovação e, por isso, querem tirá-las da pauta do "esforço". O enxugamento do Estado brasileiro e a modernização da economia nacional, na opinião deles, não são urgentes...

É fácil avaliar outros prejuízos para o Brasil com os atrasos na transformação de alguns projetos em lei. Enquanto não se muda, por exemplo, a legislação portuária brasileira, proposta ainda no primeiro semestre pelo governo, os custos de embarque e desembarque nos portos nacionais continuarão dos mais altos do mundo, encarecendo nossas importações e exportações. A falta de uma legislação que proteja marcas e patentes na área farmacêutica e de química fina impede a normalização das relações comerciais e diplomáticas do Brasil com os Estados Unidos e outros países desenvolvidos e está afastando investimentos estrangeiros nesses dois setores, em prejuízo dos pesquisadores e consumidores nacionais.

O mais grave, porém, é o caso do Orçamento da União. Somente esta semana a Comissão Mista, depois da revelação do escândalo da manipulação de verbas patrocinadas pelo deputado João Alves e seu grupo dos **Sete Anões**, começou a apreciar a proposta do governo para a aplicação dos impostos no ano que vem. É humanamente impossível que a Comissão e, depois, o plenário, em escassos 20 dias, consigam analisar o que o governo fez e mais as 75 mil emendas apresentadas pelos parlamentares. Certamente, o resultado será idêntico ao do ano passado: um Orçamento absolutamente fora da realidade, que subestimou as despesas e superestimou as receitas, contribuindo para aumentar o déficit público.

No início do ano instalou-se na Câmara uma comissão para propor mudanças no regimento interno da Casa e nos procedimentos legislativos, com o objetivo de tornar os trabalhos legislativos mais rápidos e eficientes; era uma comissão de moralização. Chegamos ao fim do ano com o Congresso cada vez mais lento, ineficiente e desmoralizado — embora cada vez mais caro, para o contribuinte, evidentemente. Mas o presidente Collor, que garante que **tem aquilo roxo**, prefere, prudentemente, responsabilizar os empresários pelos atrasos e fracassos de seu governo.